
RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01/2023

Nº do Processo: 004005-00854

Licitação: Pregão Eletrônico nº 0069/2023

Área Técnica Responsável: Gerência Corporativa de Recursos Humanos

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra temporária conforme disposto na legislação vigente.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2023

A Comissão Permanente de Licitação, no desempenho de suas atribuições, em virtude dos Pedidos de Esclarecimentos, recebidos via e-mail, comunica aos interessados o seguinte:

Questionamento 01: A empresa que ganhar a licitação terá que ter sede em Minas Gerais?

Resposta 01: Não há previsão no Termo de Referência quanto a definição geográfica da Sede da empresa licitante vencedora. A prestação de serviços deverá contemplar todas as cidades do estado de Minas Gerais, conforme informado no item 3.8.1 do Termo de Referência.

Questionamento 02: Após análise do edital e dos anexos, não conseguimos localizar no edital o quantitativo de cada posto, dessa forma solicitamos essa informação para elaboração do orçamento.

Resposta 02: Em conformidade ao item 4.1 do termo de referência: A contratação dos empregados temporários será realizada conforme necessidade e demanda da contratante. Abaixo de modo exemplificativo segue quantitativo estimado por cargo. Salientamos que essas informações podem sofrer alteração a critério da contratante.

Gentileza se atentar ao item 4.1 do termo de referência.

Rótulos de Linha	Contagem de CARGO
Analista de Meio Ambiente PL	1
Auxiliar de Relacionamento	7
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Auxiliar Educacional	1
Auxiliar Educacional	1
Auxiliar Operacional	4
Auxiliar Operacional	2
Bombeiro Civil	7
Camareiro (a)	9
Fiscal de Projetos e Obras Eng. Civil PL	1
Instrutor de Educação I	1
Instrutor de Esporte e Lazer	4
Instrutor Educacional	1
Monitor de Piscina	2
Motorista	6
Motorista	2
Operador de Contact Center	30
Professor de Ensino Fundamental	1
Professor de Ensino Infantil	1
Recepcionista	2
Recepcionista de Hotel	4
Recreador	16
Salva-Vidas	17
Técnico de Enfermagem I	4
Total Geral	127

Questionamento 03: Entre as responsabilidades definidas, conforme Lei e Decreto mencionados acima, o acompanhamento, fiscalização do uso de Epi 's, gestão dos serviços é da empresa contratante, de acordo com o Art. 9º da Lei 6.019, item V, inciso 1º. Em vários pontos do manual de segurança, está normativa não foi considerada.

No item 5 trata da fiscalização da segurança e do uso de EPI'S. Para cumprir esta regra seria necessária uma equipe de segurança disponibilizada para o Sesc, atuando em todas as unidades, cujo custo nem a obrigatoriedade foi mencionado no Termo de Referência e/ou no Edital. Favor esclarecer se este custo deve ser estimado ou poderá ser reembolsado? Temos como base o Art. 9º da Lei 6.019, item V, inciso 1º.

No item 6 aparentemente houve a troca nas 3ª e na 4ª frase das palavras contratante e contratada. Se realmente for desta forma, a cláusula fica em desacordo com a legislação. Favor analisar.

No item 7.1 "Contratada" temos outra divergência, que é responsabilidade da contratante a implantação das práticas de segurança. De acordo com a legislação mencionada esta

reponsabilidade é da empresa tomadora dos serviços, de acordo com o Art. 9º da Lei 6.019, item V, incisos 1º e 2º., e não como descrito no item.

O processo de integração/Mobilização, conforme item 10 do manual de segurança, que entendemos ser um procedimento interno, será realizado pela empresa contratante, certo? Favor informar com base na legislação apresentada.

Nos itens 11, 12, 13 e 14 não estão claro e determinado que a disponibilização destes documentos é responsabilidade da contratante.

O item 17.1 está em desacordo com a lei 6.019/74, uma vez que o funcionário temporário é contratado para um contrato específico, não sendo possível sua transferência para outro contrato. Neste caso, a solução é rescisão de contrato. Favor avaliar tendo a luz da legislação.

O item 29 trata de insalubridades. Por lei, a responsabilidade de entregar estes documentos para a Contratada deverá ser de acordo com elementos fornecidos pela empresa contratante. E não a contratada fazer as medições e encaminhar para análise, de acordo com o Art. 9º da Lei 6.019, item V, inciso 1º.

O item 32 está confuso, com informações divergentes da legislação. E com relação a análise de acidentes, como a Contratada pode interferir num processo da contratante? Por lei a segurança é responsabilidade da contratante e não o contrário, de acordo com o Art. 9º da Lei 6.019, item V, incisos 1º e 2º.

E por último fica claro que a legislação de mão de obra temporária não foi seguida, uma vez que nos documentos de referência – item 33 – não temos a menção da dita Lei. Solicitamos uma análise deste documento, a luz da lei 6.019 e seus decretos, nos inúmeros pontos relatados acima

Resposta 03: Vide errata 01/2023.

Questionamento 04: Item 3.18 - Este item está em desacordo com a legislação, no que diz respeito a elaboração do PCMSO.

Resposta 04: O Item 3.18 não está em desacordo com a legislação, pois a Lei 6.019/74 não deixa explícita a responsabilidade da elaboração dos Programas de Controle Médico da Saúde Ocupacional. Portanto, deverá ser seguido o que está preconizado no Item 3.18 do Termo de Referência.

Questionamento 05: Item 3.19 – De acordo com a legislação (Conforme Art.9º da Lei 6.019/74 Art. 9º Incisos 1º e 2º), a contratante deve estender este serviço ao funcionário temporário. Favor esclarecer.

Resposta 05: A previsão legal de acesso do empregado temporário ao atendimento médico, ambulatorial e refeitórios não inclui o monitoramento do empregado temporário afastado do emprego seja por doença, seja por acidente. Exemplo disso é que quando o empregado temporário é afastado, cabe a empresa intermediadora de trabalho temporário emitir a CAT e

acompanhar o seu retorno do INSS. Sendo assim, o afastamento por COVID ou qualquer outra doença NÃO se inclui na previsão dos Incisos 1º e 2º do Art. 9º da Lei 6.019/74. Portanto, deve ser seguido o que está preconizado nos Item 3.18, 3.19 e 3.20 do Termo de Referência.

Questionamento 06: Item 3.20 – Quando fala de gestão e acompanhamento de atestados são os atestados admissionais e periódicos, correto?

Resposta 06: Trata-se da gestão dos atestados de saúde ocupacional (ASO) e de todos os atestados por afastamento.

Questionamento 07: Item 3.15 – No caso de o candidato apresentar informações falsas, a responsabilidade não pode recair sobre a empresa Contratada. Esta checagem deve ser realizada pelo SESC. Favor avaliar.

Resposta 07: Conforme item 3.15 do Termo de Referência, caberá a Contratada apresentar a declaração do candidato ao emprego temporário informando não haver vínculo familiar. Não há no instrumento qualquer menção quanto a responsabilidade da Contratada sobre possíveis informações falsas prestadas pelo candidato. Caberá a Contratada apresentar a declaração conforme disposto no item 3.15. Quanto a fiscalização e supervisão do processo seletivo, cabe observar item 3.16 do Termo de Referência.

Questionamento 08: Item 5. Conforme o Decreto 10.854/21, a remuneração da empresa de mão de obra temporária, é taxa de agenciamento. No Termo de Referência todo valor da remuneração está descrito como lucro. Favor alterarem para ajustar conforme a legislação

Resposta 08: Vide errata 01/2023.

Questionamento 09: Em vários pontos do item 5, como itens 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10 é utilizado o termo “não incidindo a lucro”. São itens onerosos, que obrigatoriamente irão incidir impostos. Da forma como descrito, a contratada não está sendo remunerada por estes serviços, que fazem parte do serviço da empresa de mão de obra temporária, e ainda está pagando impostos sobre estes serviços, trazendo impacto financeiro para o contrato, quando não sofrem incidência da taxa de agenciamento, conforme legislação. É necessária uma avaliação, pois desta forma o contrato ficará em desequilíbrio econômico-financeiro. O correto seria o reembolso com a taxa de agenciamento, trazendo equilíbrio financeiro para o contrato. Solicitamos avaliação.

Resposta 09: Conforme itens 5.6, 5.7, 5.8, 5.9 e 5.10, os reembolsos ali descritos, serão feitos mediante Nota Fiscal e para eles haverá a incidência de impostos. Porém, conforme descrito no TR, para os reembolsos citados, não será devido aplicação da taxa de agenciamento/lucro.

Questionamento 10: Item 5.12 a) - O acompanhamento das folhas de ponto, como observar rasuras, ponto britânico, devem ser obrigação do SESC, uma vez que a gestão do serviço por legislação do contrato é do SESC, conforme descrito no Art. 58 do Decreto 10.854/21.

Resposta 10: Reposta ao esclarecimento: considerando o objeto de contratação: fornecimento de mão de obra temporária, cabe a empresa licitante vencedora, observar o disposto no item 5 e subitens quanto ao que tange a forma de execução do contrato e apresentação de documentação para validação e faturamento.

Questionamento 11: Item 7.15 – A gestão do funcionário e das instalações são da empresa Contratante, desta forma esta atividade extrapola o preconizado na legislação.

Resposta 11: O item 7.15 não está em desacordo com a legislação, pois a LEI 6.019/74 não deixa explícita que o CONTRATANTE deverá assumir a responsabilidade de analisar e disponibilizar a conclusão do que motivou a causa do acidente. A contratada no item 7.14 já é responsável pela emissão da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, que logo deverá analisar a ocorrência e definir as suas causas para emitir o documento.

Questionamento 12: No item 11, letra “c”, qual o embasamento para essas multas punitivas mencionadas? Podemos considerar apenas o informado no contrato e seus anexos? Gentileza esclarecer melhor.

Resposta 12: As multas citadas são referentes às sanções previstas no item 9.3 do Anexo VIII - Minuta Contratual.

Questionamento 13: No Item 10.15 do Edital, diz que, “quando não constar o prazo de validade nos documentos listados, esta será considerada como sendo de 120 dias corridos contados da expedição das mesmas. Temos dois documentos que serão anexados que não possuem data de validade são eles Certificado Ministério do Trabalho e Emprego – data de emissão 09/12/2004 e Ministério da Economia – SIRETT data de emissão 17/12/2019. Entendemos que estes documentos não se enquadram no item acima. Favor confirmar.

Resposta 13: Caso o documento possua prazo de validade específico este será observado.

Questionamento 14: Em relação à minuta contratual, podemos seguir com alguma das alternativas abaixo? a) Enviar uma declaração de ciência das condições contratuais, prevendo que caso a Randstad seja escolhida faremos nossas considerações para adaptação à lei 6.019/74 e políticas internas da Randstad; ou b) Enviar um documento apartado com as revisões do jurídico da Randstad em relação à minuta que consta no edital.

Resposta 14: A minuta contratual é parte integrante do edital de licitação e é disponibilizada aos interessados para que possam avaliar as condições e obrigações do contrato que será celebrado caso vençam a licitação. Assim, ao apresentar a sua proposta, o licitante está aceitando as condições previstas na minuta contratual, sujeitando-se às obrigações e responsabilidades nela previstas.

Questionamento 15: O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo). Como estamos falando de percentual (taxa), esse valor em real nos gerou dúvidas, gentileza esclarecer.

Resposta 15: Conforme documento “Orientações gerais sobre o cadastro e a sessão de disputa” publicado juntamente com o Edital e demais Anexos, “Informamos que, deverá ser lançado no sistema, para fins de fase lances, o valor da taxa administrativa. Exemplo: Se o valor ofertado for 10%, deverá ser lançado no sistema R\$10,00. A licitante detentora da melhor proposta deverá enviar o Anexo conforme o Modelo do Anexo V.”

Questionamento 16: Pedimos gentileza esclarecer a divergência nas informações do item 7.5 do Anexo VIII da Minuta Contratual com o definido no Item 3 do Anexo IV da Composição de Custos.



Resposta 16: Gentileza reformular a pergunta, ao verificarmos os documentos não identificamos o que seria o item 3 do Anexo IV da Composição de Custos.

Daniela Cristina Alves de Faria da Silva
Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas

Samuel Coelho dos Santos
Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas